

do que está fazendo isso. Eles assaltam em 20 ou 40. A delegacia normalmente tem quatro pessoas: um delegado, um escrivão, um investigador e um carcereiro. Para enfrentar o quê? A viatura da Polícia Militar que está mais preparada tem quatro homens. Vai enfrentar o quê? Esperar que as coisas mudem só pelas mãos de Deus, não vai. Em Segurança Pública não muda. Sem Deus não dá para viver, é evidente, mas esperar que Ele resolva tudo também não dá! Isso é problema dos governantes. É preciso tomar uma atitude, é preciso colocar a polícia para uma guerra mesmo.

Estou dando um exemplo claro e cristalino: os 28 policiais que participaram da ocorrência em Sorocaba estão todos encostados no 1º Batalhão da Rota, fazendo escolta de presos. Que guerra vamos ganhar se só o bandido pode atirar, se só o bandido pode jogar bomba, se só o bandido pode torturar, se só o bandido pode sequestrar e fazer o que bem entende?! Acho muito difícil reverter o quadro do jeito que as coisas estão.

Falo isso com conhecimento de causa, porque disso eu entendo. Alguém pode entender tanto quanto eu de Segurança Pública, mas mais do que eu não! Não sou melhor que ninguém. Só estou dizendo o que eu vivi. Então alguém pode entender tanto quanto eu, mas mais do que eu, não! Achar que vai ganhar uma guerra sem lei que ampare o policial, não vai mesmo. O policial que der um tiro num bandido em tiroteio sai da rua, é encostado. É promotor denunciando, é juiz enchendo a paciência e o policial não vai mais.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Gilberto Nascimento, por permuta de tempo com o nobre Deputado Roberto Moraes.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - PSB - *sem revisão do orador* - Inicialmente quero agradecer a permuta de tempo concedida pelo nobre Deputado Roberto Moraes.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, senhoras e senhores, pessoas que nos assistem pela TV Assembléia, falei no Pequeno Expediente, em que pese apresentar a pobreza do povo brasileiro, sobre juros e lucros bancários e ainda fiz um comentário sobre uma manchete da “Folha de S.Paulo” de domingo. Agora passarei a falar sobre uma reportagem desta segunda-feira, dia 18 de março: “Brasil vive ‘guerra social’”, afirma enviado da ONU”.

O Relator Especial da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, concluiu uma visita de inspeção de 18 dias ao Brasil com o diagnóstico de que o país enfrenta “uma guerra social. São 40 mil assassinatos por ano. Para a ONU, 15 mil mortes por ano são um indicador de guerra”. Ou seja, segundo a ONU, 15 mil mortes por ano já é clima de guerra. No Brasil: três guerras.

“Ziegler afirmou que o país não cumpre pactos internacionais e que pode sofrer punições da ONU, informa Elvira Lobato. O ex-deputado socialista apresentará relatório na Assembléia da ONU, em setembro, dizendo que o país desrespeita o Direito à Alimentação. Para ao Governo, o comissário ignorou dados que mostram a diminuição da miséria. Escalado pela Presidência, Roberto Martins, do Ipea, afirmou que Ziegler é desonesto e não tem seriedade para representar a ONU.”

Na verdade, o que observamos é uma tentativa de o Governo dizer na que na realidade tudo está bem. O Governo Federal tenta desautorizar o enviado da ONU dizendo: “Não, isso não é verdade”. Meu Deus do céu, temos 40 mil assassinatos por ano. São números reais que mostram isso. São números das distâncias sociais que temos. São números da miséria que o Brasil está vivendo.

Tenho dito desta tribuna que temos dois brasis. O Brasil que o Sr. Fernando Henrique, com todo o respeito, tem apresentado e o Brasil real que estamos vivendo, é o Brasil em que morrem 40 mil pessoas assassinadas por ano: é o Brasil que tem um grande número de falências de empresas todos os anos, tem evasão escolar violenta - por mais que se tente maquiar os números, tem aumento de desemprego - 2 milhões de desempregados só na Grande São Paulo, é um Brasil que deveria criar 2 milhões de empregos a mais, e infelizmente não cria.

Não adianta, agora, o Governo dizer o seguinte: “Não, o pessoal vem de fora e tenta mostrar fatos que não são verdadeiros”. Quando vem um organismo como a ONU e reclama, talvez, deveriam preocupar-se com os escorchantes juros que cobram do Governo brasileiro. Hoje temos um país totalmente monitorado pelo Fundo Monetário Internacional e cuja dívida externa passa de 200 bilhões de dólares. Mas dizem que não é problema, primeiro porque é uma dívida de longo prazo. Portanto, se os banqueiros internacionais estão recebendo juros, o Fundo Monetário Internacional vai monitorando, e está dando lucro suficiente para pagar os juros, custe o que custar, o Brasil que vá ficando na miséria, empobrecido, segundo eles. Portanto nossos juros são pagos. Chega no fim do ano aquela montanha de dinheiro para pagar juros aos banqueiros internacionais. Mas o problema maior é a nossa dívida interna, que chega, hoje, a quase 700 bilhões de reais. Isto é muito sério. De onde é esta dívida? Do compulsório, do dinheiro que você coloca no banco, o Governo pega 45% e leva como compulsório e depois não tem o dinheiro para devolver. Conseqüentemente, todas as tardes ele tem que lançar mão de dinheiro no mercado. Tem muitos bancos, hoje, que não emprestam mais dinheiro a ninguém, emprestam tudo ao Governo. Chega no final do dia o Governo precisa de dinheiro para alimentar a sua máquina, pagar suas dívidas. O Governo gasta muito mais do que arrecada, inclusive, com pagamento de juros, portanto, no fim do dia o Governo capta esse dinheiro e paga juros maiores. O banco, que pegou a 7%, empresta ao Governo a 16, 17%, portanto, o primeiro ganha sem fazer nada e o Governo tem que lançar mão disso para cobrir cheque especial do dia-a-dia, só que esta dívida vem aumentando cada vez mais. Nos últimos 8 anos aumentou de 50 bilhões de reais para quase 700 bilhões de reais.

É claro que, na outra ponta da linha, vai representar desorganização social que vamos vivendo, porque falta dinheiro para investir na agricultura, como disse anteriormente. E o Governo não tem dinheiro para financiar a produção nacional, aí vêm as empresas estrangeiras sem nenhum compromisso social. É muito bonito dizer: mas no Brasil entraram 100 bilhões de dólares este ano, ou seja, estamos com crédito. Não. É que ainda temos muito patrimônio. Pagamos nossas dívidas direitinho porque somos monitorados pelo Fundo Monetário Internacional. Então o banqueiro quer emprestar dinheiro e investir no Brasil.

Volto à manchete da “Folha de S.Paulo” de domingo, que publicou que os bancos estrangeiros rendem mais no Brasil do que em outra parte do mundo. Observamos que nos afundamos em dívida. É como uma casa. Por exemplo, uma pessoa tem um rendimento de mil reais por mês, compra geladeira nova, televisão nova, mas tem um amigo que empresta dinheiro. Como ele tem uma casa, o máximo que pode acontecer amanhã é ficar com a casa e assim vai emprestando dinheiro. A pessoa diz: “Puxa vida, fulano está progredindo”. Está progredindo nada! Está abrindo um rombo que o está prejudicando, porque daqui a pouco os juros que ele paga serão maiores que o seu salário e quando cair em si começarão as dificuldades.

Quando o dono do banco começar a cobrar não terá mais dinheiro para pagar a escola, sapato, alimentação do filho e começará a ter uma desarticulação dentro da própria casa. O filho fica agressivo com o pai, sai para fazer coisa errada na tentativa de trazer alguma coisa para casa, a mulher começa a criar problemas ao marido, assim por diante, uma verdadeira conturbação dentro da casa. Não é diferente a situação de um país. Então, dizer que hoje o País não vive uma guerra social? É claro que vive. Os números mostram, principalmente os de violência que no Brasil inteiro está sem controle. Volto a dizer o que comeci no Pequeno Expediente: Falta competência do Governo para renegociar a dívida. Os banqueiros internacionais mandam neste País como ninguém. O Brasil é monitorado pelo Fundo Monetário Internacional, mas está de joelhos na negociação, paga juros maiores que qualquer outro país do mundo, o que acaba tendo uma influência direta na economia e o Governo precisa arrecadar mais. Se pegarmos os últimos 10 anos, o brasileiro pagava 22% de impostos, hoje paga 33% do seu PIB, portanto, temos uma cobrança de impostos e as empresas vão se inviabilizando.

Aí critico o Governo federal, porque é um grande erro achar que, aumentando a alíquota, vai arrecadar mais. Na medida em que se aumenta a alíquota, a tendência é que a sonegação seja maior. Portanto, o ideal seria termos alíquotas menores, porque onde as alíquotas são menores todas as pessoas pagam. Precisaríamos taxar o consumo, não a produção, como infelizmente continua acontecendo. Enquanto estivermos taxando a produção estamos no caminho errado. Basta ver que nos países de Primeiro Mundo, como Estados Unidos, se for comprar uma caneta, paga-se o seu valor mais a taxa, ou seja, paga-se o imposto no consumo em que gira moeda, não na produção, que onera, vira imposto cascata, o empresário não tem condição de pagar, vai ao banco emprestar dinheiro, paga juros e acaba indo à falência.

Mas como citei a notícia em que o enviado da ONU disse que o Brasil vive uma guerra social, quero dizer o seguinte: os organismos internacionais que vêm fazer as críticas também têm culpa, porque também são parceiros nesse grande bloco dos países ricos que financiam os países pobres. A manchete da “Folha” de domingo publicou: “Bancos estrangeiros rendem mais no Brasil. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido das instituições analisadas, que dá a medida exata de quanto os bancos lucram, foi 24% maior no Brasil do que no exterior”, ou seja, compensa muito mais emprestar dinheiro no Brasil do que em qualquer outro país, porque no outro país o Governo monitora. Aqui eu duvido. Qualquer pessoa que tenha cartão de crédito, que está enrolado no cheque especial, que vá fazer qualquer reclamação. Os bancos colocam os melhores advogados, pegam o que tem na sua casa, o teu carro, televisão, geladeira, tudo, e não temos nenhum amparo, porque infelizmente os banqueiros mandam neste País.

Srs. Deputados, é uma vergonha um País que tem mostrado que empresas estão falindo, de um lado, e, por outro lado, os bancos estão festejando os bilhões de lucro de um país que está indo de mal à pior. Este é o Brasil real, não aquele que é mostrado na televisão. Segundo análise, a relação entre lucros e ativos é importante porque revela a diferença como os bancos estrangeiros ganham dinheiro no mundo e no Brasil. Essa relação entre lucros e ativos mostra que no Brasil os bancos precisam de menos investimentos para terem retorno altos, porque ganham emprestando, principalmente, a taxas de juros muito altas. Portanto, não precisa mandar muito dinheiro para cá, manda pouco dinheiro, empresta para o povão, o povão vive nos juros escorchantes, e os banqueiros simplesmente fazem a festa.

Diz ainda o seguinte: “os bancos lá fora ganham com giro. Precisam emprestar muito para lucrar bastante. Aqui, as instituições ganham mais com os empréstimos, que é a diferença entre as taxas pagas para captar recursos e as cobradas nos empréstimos. Juros altos e desvalorização cambial fizeram com que alguns bancos estrangeiros conseguissem ganhos expressivos para as suas matrizes, no ano de 2001. Esse foi o caso do Bank Boston, ABN e Santander”.

O lucro do ABN do Brasil representou por exemplo, 13,35% do retorno total da instituição no mundo. Vejam, é um banco que se instalou no Brasil há poucos dias. Está no mundo todo. Agora, de cada cem dólares que ele ganhou no mundo, 13 dólares foram ganhos no Brasil. É uma vergonha. É uma vergonha.

“Para o Santander, o Brasil foi responsável por...”, outro banco aqui, o Santander, que também é um banco que está na Espanha, na Europa, o banco no Brasil, que também não é um tão grande ainda, “de cada cem dólares que ele ganha, 24,5 dólares foi no Brasil”. Agora, sabe de quem? Do coitado do funcionário público, do coitado do trabalhador, do coitado do homem da pequena empresa, de cada um de nós que precisamos do cheque especial. Essa é a situação do policial militar, que, ganhando um salário não muito alto, às vezes precisa de algo e vai se socorrer de um empréstimo no banco, e está pagando esses juros para esses organismos internacionais, que representou no Brasil 24,5%.

No caso do Banco de Boston, o lucro líquido somou 307 milhões de dólares, que equivalem a 33% do faturamento no mundo. É uma vergonha! Eu lamento profundamente. Vou encerrar, teria muitas coisas para falar, mas quero deixar o meu protesto veemente a esses banqueiros sem alma, sem coração, protegidos por uma legislação, que infelizmente não teve regulamentação, uma legislação que infelizmente é protegida pelos órgãos do Banco Central e assim por diante, protegem esses banqueiros, que nada mais vêm fazer no Brasil do que levar os nossos juros, o nosso dinheiro, e deixar o povo na miséria. E depois, vêm aí, e dizem o seguinte: “Brasil vive guerra social”. É o que afirma o enviado da ONU. Quer acabar com essa guerra social? Faz o seguinte: cobra menos juros. Financia produção, deixa o povo produzir. Deixa o povo trabalhar, porque o povo brasileiro quer emprego, o povo brasileiro quer educação, o povo brasileiro quer trabalho digno, e não juros altos e escorchantes, porque, assim sendo, vamos infelizmente continuar com a guerra social, mas isso é culpa também dos banqueiros sem alma e sem coração, protegidos por um governo infelizmente frio e calculista. Muito obrigado.

O SR. PEDRO MORI - PSB - *Pelo art. 82 - sem revisão do orador* - Sra. Presidente, Edna Macedo, Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, venho neste instante, fazer alguns agradecimentos. Hoje, Santana de Parnaíba recebeu o Sr. Governador Geraldo Alckmin, onde foi inaugurar uma das escolas mais modernas e sofisticadas do Estado de São Paulo.

Posso garantir, Sra. Presidente, que o município de Santana de Parnaíba, com apenas um ano de governo do nosso querido amigo Silvinho Pescioli, construiu nada mais, nada menos, do que cinco escolas públicas. Faça um desafio a qualquer executivo, no Estado de São Paulo, que possa ter a escola pública que tem o município de Santana de Parnaíba, uma escola que serve à comunidade durante

24 horas, e essa escola teve a presença da família Covas, alguns deputados, como os Deputados Gilberto Nascimento, João Caramex, Duarte Nogueira, Williams Rafael, e outros, e pessoas do governo, porque era uma homenagem ao Sr. Governador Mário Covas, que na oportunidade fez convênio com o município de Santana de Parnaíba, para a construção dessa escola.

Esperamos que as pessoas que comandam alguns municípios possam fazer uma visita a Santana de Parnaíba, ver o padrão e o tipo de escola que lá existe. Na realidade, nós naquele município, sob o comando e administração do Prefeito Silvinho Pescioli, propusemo-nos a concluir este ano sem nenhuma criança que não pudesse estar na escola, e muito menos por falta de material, por falta de qualquer coisa que imaginamos.

Concluímos neste ano cinco escolas públicas de 1º Grau, e quero dizer que nos sentimos honrados pela presença do Sr. Governador, Geraldo Alckmin, e que sentindo a ótima e boa administração do prefeito Silvinho Pescioli, este mesmo acabou doando uma viatura e liberando alguns recursos para que a nossa cidade se desenvolvesse.

Evidentemente que quem pegar o índice de Santana de Parnaíba pode ficar muito claro do que é fazer um bom uso do dinheiro público. Administramos uma cidade que há cinco anos tinha a sua arrecadação em torno de 23 milhões, e este ano, após cinco anos, um orçamento de 102 milhões aproximadamente.

A cidade hoje possui o melhor índice de desenvolvimento do Estado de São Paulo. tem os menores índices de mortalidade infantil, a maior renda per capta familiar do Estado de São Paulo, e já chegamos a ser quase a última cidade no Estado de São Paulo.

O Sr. Governador reconheceu, e quero agradecer a este parlamento, e a todos que dele fazem parte, pois realmente nós concordamos em mostrar Santana de Parnaíba para o mundo político, para que as pessoas possam se espelhar naquela cidade, na área da segurança, na área da saúde. Por quê? Porque é um município de 179 quilômetros quadrados, que tem uma série de dificuldades, e quando iniciamos a administração da cidade, era lamentável. Hoje, reconhecemos o pouco que fizemos, mas ainda falta muito: muita pavimentação, muita infra-estrutura, especialmente na periferia, como a cidade de São Pedro, Parque Santana, Jardim Parnaíba. Mas, hoje, quero dizer que somos uma cidade modelo, bem próxima à Grande São Paulo, com patrimônio histórico preservado, que ninguém imagina. Temos um projeto em que somos pioneiros, não é em São Paulo, é no Brasil.

Nossas crianças de rua, hoje, estão trabalhando em Portugal, restaurando o patrimônio histórico em Portugal. Crianças de rua, através do projeto Oficina-escola, fizeram com que conseguíssemos recuperar a cidade de São Sebastião, a igreja, Ouro Preto e outras cidades do Brasil, com profissionais, no município de Santana de Parnaíba, chamado Oficina-escola, onde crianças de rua aprendem a profissão de recuperação de monumentos históricos.

Para concluir, celebramos no ano passado um convênio em Portugal, e destinamos algumas crianças para Portugal, e agora, em junho, se não me falha a memória, irá outro grupo de pessoas, para que possam prestar serviço a Portugal.

Finalizando: queremos de maneira sensata e coerente fazer política, entendemos que às vezes as questões ideológicas ficam um pouco pelo meio do caminho, mas que não podemos perder a nossa ética, a nossa dignidade, e nunca vamos ser contra por ser contra, ou ser a favor por ser a favor. Quando somos contra ou a favor, temos um objetivo.

Quero cumprimentar a todos os Vereadores de Santana de Parnaíba, através do Presidente da Câmara, do Prefeito Silvinho Pescioli, seu vice, Olair, dos funcionários da Prefeitura, que receberam o Sr. Governador num clima muito amável, muito amigável, e que o Sr. Governador deixou uma mensagem de esperança, de expectativa. Fica o nosso agradecimento em nome do povo do município de Santana de Parnaíba.

O SR. PEDRO MORI - PSB - Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - PTB - O pedido de V.Exa. é regimental, antes, porém, esta Presidência, cumprindo disposição constitucional, adita à Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã o Projeto de lei nº 1/02.

Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão a Presidência convoca V.Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da 26ª Sessão Ordinária e o aditamento anunciado, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de homenagear os heróicos combatentes contra o nazismo na 2ª Guerra Mundial.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATO DE MESA:

DE: 25.04.2002

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a edição do Ato Nº 42/2001, que permite a cessão, às pessoas físicas e jurídicas, das diversas dependências do edifício- sede do Poder Legislativo para a realização de reuniões, palestras e outros eventos de cunho social, político, esportivo, artístico e cultural,

CONSIDERANDO o grande número de pedidos que têm sido dirigidos à Assembléia Legislativa, os quais muitas vezes, em razão dos procedimentos administrativos e das rotinas burocráticas que envolvem à instrução desses expedientes, acarretam retardamento por parte da deliberação da Egrégia Mesa,

CONSIDERANDO, assim, a conveniência de descentralizar os procedimentos administrativos que envolvem os pedidos dessa natureza, de modo a agilizar a sua tramitação e decisão, RESOLVE:

I - DELEGAR COMPETÊNCIA para o Senhor Secretário Geral Parlamentar DECIDIR sobre as autorizações de uso de que trata o Ato Nº 42/2001, quando os pedidos recaírem sobre os Plenários D. Pedro I, Tiradentes e José Bonifácio e os Auditórios Teotônio Villela e Franco Montoro;

II - DELEGAR COMPETÊNCIA para o Senhor Secretário Geral de Administração DECIDIR sobre os pedidos de que trata o referido Ato Nº 42/2001, quando envolver as demais dependências do Palácio 9 de Julho, não citadas no item anterior;

III - EXCETUAM-SE das delegações de competência referidas nos itens anteriores as autorizações de uso do Plenário Juscelino Kubitscheck, bem como as que envolvam a realização de qualquer procedimento descrito no artigo 4o do Ato Nº 42/2001, cujos pedidos só poderão ser autorizados pela Egrégia Mesa.

Este Ato entra em vigor nesta data.

(Ato nº 29/2002).

DECISÕES DA MESA

DE: 22.04.2002

NOMEANDO, com fundamento no artigo 1º do Ato nº 25/2002, que criou o Regulamento Interno do Instituto do Legislativo Paulista, Silmara de Oliveira Lauer, RG. nº 11.352.979-X - Secretária Geral de Administração, Auro Augusto Caliman, RG. nº 5.799.502- Secretário Geral Parlamentar, Carlos Roberto de Alckmin Dutra, RG. nº 16.297.567 - Procurador-Chefe, Maurício da Rocha Ferraz Pereira, RG. nº 5.397.708 - Diretor do Departamento de Recursos Humanos e José Carlos Borges, RG. nº 9.887.821 - Diretor do Departamento de Comissões, para compor, nos termos do artigo 14 do supra mencionado Ato, o Conselho Gestor do Instituto do Legislativo Paulista.

(Decisão nº 511-A/2002).

DE:25/04/2002

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

EDNA ODETE CHIARELLI KHOZAM, RG nº 3251965, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Legislativo I , do SQC-I do Quadro da Secretária da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOSE JOÃO LANCEIRO DA PALMA.

(Decisão nº 513/2002).

RATIFICANDO, no Processo RG. nº 1694/2002, que trata de pagamento de despesas com 1(um) bilhete de seguro obrigatório DPVAT, correspondente a um veículo oficial da frota da ALESP, para o ano de 2002, os atos praticados pela Senhora Secretária Geral de Administração, para os fins do disposto no artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93, com alterações posteriores.

(Decisão nº 514/2002).

TORNANDO SEM EFEITO a Decisão nº 501/2000, referente ao Processo RG. nº 1328/2000, que teve por objeto a Doação de bens considerados inservíveis para uso deste Poder à Associação dos Moradores Jardim Guanabara e Jardim Lizandra, por não ter a entidade manifestado interesse na retirada dos bens.

(Decisão nº 515/2002).

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE: 05.06.2001

INDEFERINDO, no Processo RG. nº 723/87, a solicitação formulada por Tânia Garbe, RG. nº 5.484.732, por falta de amparo legal.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

DE: 25.04.2002

PROCESSO: RGE 4323/01

CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: NORMANDIE LAVANDERIA S/C LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES
VALOR: R\$ 73.859,76

RECURSOS: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA

ASSINATURA: 16/04/2002

DECISÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DE: 25.04.2002

- No Processo RGE nº 3974/01 (Convite nº 12/02), o qual tem por objeto a aquisição de baterias, conectores, fitas cassete, crepe, isolante e outros, a Comissão Permanente de Licitação DECIDIU: 1) DESCLASSIFICAR as empresas GAMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., para todos os itens, por não apresentar contrato social, conforme previsto no subitem 3.1.1. do convite, acrescentando-se, no tocante ao item 6, por oferecer preço excessivo: GIMAWA COMERCIAL LTDA., para todos os itens, por não apresentar contrato social, descumprindo o subitem 3.1.1. do convite e impossibilitando a conferência dos poderes de representação de quem assina a Declaração do Ministério do Trabalho e a Proposta Comercial, acrescentando-se aos itens 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, a falta de apresentação de amostra, conforme estabelecido no subitem 3.2. do convite, e aos itens 3, 11, 12, 16, 17, 18 e 19, por oferecer preços excessivos; COMERCIAL ADRIMAVI LTDA., para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 17, 18, 23, 24,25 e 26, por oferecer preços excessivos, acrescentando-se, ao item 9, o motivo de que a amostra apresentada não atende as especificações contidas no Memorial Descritivo (Anexo II), nos termos da manifestação da unidade solicitante (fls. 133); RM - AUDIO-VISUAL, FOTO E SOM LTDA., para os itens 1 e 15, por oferecer preços excessivos; 2) CLASSIFICAR, pelo critério de menor preço, as seguintes empresas, para os seguintes itens: COMERCIAL ADRIMAVI LTDA., como 1ª colocada para os itens 2, 13, 14, 15, 19 e 27, como 2ª colocada para o item 10 e como 3ª colocada para o item 20; MEGAPEL COMERCIAL LTDA., como 1ª colocada para os itens 1, 3, 10, 11, 12, 16, 17, 18 e 20, empatada no item 20, como 2ª colocada para o item 27 e como 3ª colocada para o item 13; RM - AUDIOVISUAL, FOTO E SOM LTDA., como 1ª colocada para o item 20, empatada, como 2ª colocada para o item 13 e como 3ª colocada para os itens 10 e 27; 3) ADJUDICAR, do objeto da presente licitação, os itens 2, 13, 14, 15, 19 e 27, para a empresa COMERCIAL ADRIMAVI LTDA., e os itens 1, 3, 10, 11, 12, 16, 17 e 18 para a empresa MEGAPEL COMERCIAL LTDA.. Decidiu, por fim, marcar o dia 29 de abril de 2001, às 15:00, para a realização de sorteio para desempate da 1ª colocação quanto ao item 20, ficando convocadas as empresas MEGAPEL COMERCIAL LTDA. e RM - AUDIOVISUAL, FOTO E SOM LTDA.. Fica aberto o prazo legal de 02 (dois) dias úteis, a partir da data desta publicação, para interposição de recurso contra esta decisão, de acordo com o artigo 109, inciso I, alínea “b”, combinado com o § 6º do mesmo artigo, da Lei Federal nº 8.666/93.

- No Processo RGE nº 381/02 (Convite nº 15/02), o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de açúcar tipo refinado, a Comissão Permanente de Licitação, DECIDIU: DESCLASSIFICAR as empresas BROOKLIN ÁGUA E ALIMENTOS LTDA., por oferecer preço excessivo, e J.J. COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, por não apresentar amostra, descumprindo o subitem 3.2. do convite, e por oferecer preço excessivo. Fica aberto o prazo legal de 02 (dois) dias úteis, a partir da data desta publicação, pra interposição de recurso contra esta decisão, de acordo com o artigo 109, inciso I, alínea “b”, combinado com o § 6º do mesmo artigo, da Lei Federal nº 8.666/93.

COMUNICADA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DE: 25.04.2002

No Processo RGE nº 3232/01, que trata da Tomada de Preços nº 01/02, o qual tem por objeto a aquisição de equipamentos fotográficos, conforme especificações do edital, a Comissão Permanente de Licitação, com fundamento no artigo 48, §3º, da Lei federal nº 8.666/93, CONVOCA a empresa RM - AUDIOVISUAL, FOTO E SOM LTDA. para reunião de abertura do envelope (nova proposta), no dia 29/04/02, às 14:00 horas, na sala 2179, no 2º andar do Palácio 9 de Julho (Av. Pedro Álvares Cabral, 201)....